



PERITO MEDE A CERCA NA CASA CONSTRUÍDA NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO, AO LADO DO QUE RESTA DA MATA CILIAR: NASCENTE ENTUPIDA DE CIMENTO

Natureza agredida, assessor na cadeia

Ana Lúcia Moura
Da equipe do **Correio**

São várias estacas de ferro cercando uma grande área, na nascente do córrego Vicente Pires. Em poucos dias, as estacas dariam lugar a um muro. Antes que o trabalho fosse concluído, o construtor da cerca foi detido. José Marcílio Corrêa foi preso ontem, por praticar crime de dano ambiental.

Assessor parlamentar do deputado distrital José Edmar (PMDB), ele estava construindo uma cerca na chácara 26 da Colônia Agrícola Vicente Pires, em área situada dentro de um parcelamento irregular. A área cercada tem 2.898 m² e fica dentro dos limites da nascente do córrego Vicente Pires, o que é um crime ambiental grave.

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, construções em áreas de nascentes só podem ser permitidas se estiverem a 50 metros da mina de água. Na chácara 26, a cerca está a apenas 10 metros do córrego e dentro da área de nascentes, o que agrava ainda mais o crime. A situação da chácara é ainda mais irregular porque a cerca está a apenas 50 metros da pista, quando a distância deveria ser de 65 metros. Parte da mata ciliar da chácara também foi desmatada.

Pelo crime de dano ambiental, Marcílio pode pegar de um a cinco anos de reclusão. Ontem à tarde, ele foi encaminhado à carceragem da Coordenação de Polícia Especializada (CPE), onde deve ficar preso até o julgamento do caso, já que o crime é inafiançável. O deputado José Edmar não foi encontrado pelo **Correio**. Ari da Cunha, um de seus assessores, afirmou que o parlamentar está viajando e desconhece o fato.

“Não sabemos de nada sobre a prisão”, afirmou.

GRANDE OBRA

Marcílio foi preso depois de uma denúncia anônima na Delegacia Especial do Meio Ambiente (Dema-DF). Dois pedreiros, Manoel Rodrigues Pacheco e seu irmão Apapecido, erguiam a cerca quando os policiais chegaram. Marcílio foi encontrado uma hora depois, no Centro Comunitário da

invasão da Estrutural.

O assessor parlamentar foi levado para a delegacia junto com os dois pedreiros. Alegou que foi contratado para construir o muro, mas não disse por quem. Ele e os pedreiros, no entanto, reconheceram saber que não podiam erguer construções em áreas de nascentes.

Originalmente, a região da Vicente Pires foi arrendada pela Fundação Zoobotânica a chacreiros. Mas hoje, das 350 chácaras originais, apenas 53 restaram. As outras viraram condomínios com até 36 lotes cada uma. Ao todo, são mais de 20 mil moradores e 4,3 mil casas.

Na chácara 26, o cenário ontem, era de uma grande obra em andamento. Montes de areia e cimento cercavam a porta de entrada da casa. A quantidade de água nascente dentro dos limites da cerca é tão grande que forma alagados. Alguns trechos já foram tapados com cimento, para facilitar a passagem.

A promotora Juliana Santilli, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, considera o crime gravíssimo.

“Com as construções ilegais surgiendo da noite para o dia, a água em Vicente Pires está completamente comprometida”, afirma.

Segundo ela, a promotora recebe diariamente um grande número de denúncias de danos ambientais naquela área. Na Dema, são cerca de quatro denúncias por dia. “É um estrago o que os parcelamentos estão fazendo em Vicente Pires, que é uma área de recarga ambiental importantíssima. É que ali o solo absorve uma grande quantidade de água, recarregando os lençóis freáticos das cidades ao redor, como Guará e Taguatinga. Esse manancial pode se esgotar em poucos anos”, alerta.

Para José Elói Campos, professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), um dos grandes prejuízos para o meio ambiente provocados pelos parcelamentos irregulares de Vicente Pires é a poluição. “O córrego desemboca no Riacho Fundo, que é um dos braços do Lago Paranoá. Em pouco tempo, teremos lixo chegado por causa da exploração predatória”, afirma.